



Os atores do desenvolvimento rural

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS
E PRÁTICAS SOCIAIS**

**Sergio Schneider
Marcio Gazolla**
Organizadores


UFRGS
EDITORA


PGDR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO RURAL - UFRGS

Os atores do desenvolvimento rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lígia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Os atores do desenvolvimento rural

Sergio Schneider
Marcio Gazolla
Organizadores

© dos autores
1ª edição: 2011

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Ilustração da capa: arte popular, México
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

A881 Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais / organizadores Sergio Schneider [e] Marcio Gazolla. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

328 p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural. 3. Agricultores – Construção – Autonomia – Diversidade. 4. Agricultura familiar – Novos mercados. 5. Agroindústria rural – Redes de desenvolvimento. 6. Agricultura – Criatividade – Conhecimento. 7. Agricultura familiar – Diversificação agrícola. 8. Turismo rural – Campos de Cima da Serra, RS. 9. Agricultura ecológica – Certificação participativa. 10. Agricultura – Desenvolvimento – Conservação ambiental. I. Schneider, Sergio. II. Gazolla, Marcio. III. Série.

CDU 338.43.01(81)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0136-4

Agricultura, desenvolvimento e conservação ambiental: atores sociais, conflitos e reconfigurações no centro-oeste brasileiro

Lorena Cândido Fleury
Jalcione Almeida

Introdução

A história da ocupação humana do centro-oeste brasileiro – onde em termos de biomas há o predomínio do cerrado – é uma história de transições, não apenas de sistemas produtivos, mas também de lógicas de utilização do espaço e relacionamento com o meio natural. Entende-se que as sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo que lhes correspondem (Acselrad, 2004). Essa apropriação pode ser dividida, em termos analíticos, entre práticas de *apropriação técnica* (modos de uso, transformação biofísica, extração, entre outras), práticas de *apropriação social*, através da qual se configuram os processos de diferenciação social dos indivíduos a partir da distribuição desigual de poder sobre os recursos, e práticas de *apropriação cultural* do mundo material, em que este é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados, a partir do qual se constrói o mundo social.

No cerrado, o uso e apropriação do espaço tem sido historicamente fonte de conflitos sobre os sentidos e vocações de seus elementos naturais. Em pouco mais de 50 anos, no período de 1940 a 1990, este bioma passou na esfera nacional de “sustentáculo de territórios indígenas” a “vazios demográficos”, de “terras improdutivas” a “grande celeiro do país”. Contemporaneamente, devido aos impactos sobre o meio natural decorrentes do sistema agrário voltado para a produção de *commodities*, aliado à relevância atual da questão ambiental, novos atores – tais quais organizações não governamentais de cunho ambientalista, órgãos de governo voltados ao meio ambiente e instituições de pesquisa – têm reclamado participação no processo de ocupação deste bioma, dando origem a novos conflitos, agora entendidos como “ambientais”, que atualizam a disputa pela determinação da forma de seu uso e apropriação.

Ilustrativa deste contexto é a área do Parque Nacional das Emas (PNE), em Goiás, e seu entorno, abrangendo municípios em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Testemunha de todas as etapas de ocupação observadas no cerrado, atualmente o PNE é considerado uma “ilha” de biodiversidade em meio à matriz agropecuária. No entanto, desde o final da década de 1990, essa unidade de conservação tem sido alvo de ações desenvolvidas por organizações não governamentais, sobretudo internacionais, e mudanças de práticas de manejo que, com o objetivo de integrá-la ao seu contexto regional, interferem diretamente

nas dinâmicas socioambientais de seu entorno. Assim, tem-se observado uma situação na qual diferentes grupos sociais, com diferentes lógicas de apropriação do meio, encontram-se constrangidos em um espaço comum, deflagrando disputas sobre a lógica a ser priorizada. Recentemente, esse embate tem sido reforçado pelo litígio em torno da proposta de implementação de uma zona de amortecimento, que restringiria o uso do solo em uma faixa de 2 a 10 km contígua ao parque. Essa medida tem sido rechaçada pelos produtores rurais do entorno, que consideram que, caso adotada, tornaria inviável a manutenção da prática agrícola em suas propriedades.

A partir desse impasse, iniciou-se um longo e conflituoso processo de discussão, transcendendo os limites entre o parque e as propriedades rurais, para mobilizar os escritórios centrais do Ibama em Brasília e as esferas judiciais. É neste contexto, pontuado pelo conflito entre ambientalistas, instituições governamentais, produtores rurais e população local sobre os significados e forma de utilização do espaço do entorno do PNE, que se detém esta análise. A questão central a ser respondida é: como se configura o conflito ambiental no entorno do Parque Nacional das Emas e quais as representações sociais da conservação ambiental das populações do entorno que permeiam este conflito? Como principal objetivo, portanto, propõe-se discutir as dimensões simbólicas e materiais do processo conflitivo, através da análise das representações sociais da conservação ambiental pelos grupos presentes no entorno do PNE e a articulação do conteúdo dessas representações com o conflito ambiental ali existente.

Para tal, considerou-se adequada a associação entre dois referenciais analíticos: o arcabouço teórico-metodológico das representações sociais (Moscovici, 1978; Abric, 1994) e a contribuição das pesquisas no campo de estudos sobre conflitos ambientais (Fuks, 2001; Acselrad, 2004; entre outros). Como subsídio empírico da pesquisa foi realizado um trabalho de campo na região do PNE e seu entorno (municípios de Mineiros, Chapadão do Céu e Serranópolis, em Goiás, Costa Rica, em Mato Grosso do Sul, e Alto Taquari, em Mato Grosso) no período de fevereiro a abril de 2007. Os procedimentos metodológicos foram: observação direta e registro em diário de campo; coleta de materiais impressos e pesquisa documental; e técnicas de associações livres de palavras e entrevistas semiestruturadas, gravadas digitalmente, com 51 informantes que atuam na região. Os agentes da pesquisa foram produtores rurais cujas propriedades se situam no entorno do parque, lideranças rurais (presidentes de associações e sindicatos patronais e de trabalhadores rurais), agentes de extensão rural, lideranças políticas dos municípios do entorno, funcionários públicos federais responsáveis pela gestão da unidade de conservação, pesquisadores, ambientalistas e funcionários de ONGs que atuam no local e representantes de comunidades tradicionais ali presentes.

Para contemplar o objetivo proposto, o presente trabalho irá sumarizar as principais etapas da pesquisa, mediante a seguinte estrutura: inicialmente serão apresentados os principais elementos e pressupostos do referencial teórico-metodológico adotado para dar conta da complexidade da dinâmica observada a partir da pesquisa de campo. Na seção seguinte será empreendida uma discussão analítica dos resultados obtidos, a partir da análise do conteúdo das representações sociais da conservação ambiental pelos grupos estudados e dos conflitos locais, apresentando o litígio acerca da zona de amortecimento do entorno do PNE como atualização da disputa sobre a apropriação social, cultural e material do cerrado e cristalização do conflito ambiental. Na última seção, apresentam-se as considerações finais.

Pretende-se assim discutir as inter-relações entre a questão agrária e a questão ambiental no contexto estudado, sugerindo-se que a questão ambiental, como um componente contemporâneo das disputas já históricas sobre o uso e apropriação do cerrado, incorpora novos atores e limites a essas disputas, tornando assim ainda mais complexas as dinâmicas sociais e os dilemas acerca dos sentidos e “vocações” do espaço geográfico.

Representações sociais e conflitos ambientais: compreendendo teoricamente a diversidade

No entorno do Parque Nacional das Emas, tal qual sumariamente apresentado na parte anterior, encontra-se uma diversidade de grupos sociais, explicitada – assim como as divergências de interesses dela decorrentes – sobretudo após a revisão do plano de manejo da unidade de conservação. Observa-se, portanto, uma situação em que representantes do poder público, produtores rurais, agentes de pesquisa e defesa do meio ambiente e populações tradicionais, cada qual com suas respectivas lógicas, olhares e interesses, convivem, definem e disputam os rumos de um espaço que, apesar de pertencer a todos, transcende a cada um.

Tendo em vista esta complexidade e para responder a questão proposta inicialmente, foram considerados como referenciais analíticos o arcabouço teórico-metodológico das *representações sociais* e a contribuição das pesquisas sobre *conflitos ambientais*. O primeiro oferece subsídios para a investigação de como os grupos sociais entendem e praticam – isto é, representam – o meio, e como essas representações atuam como guias para a ação. A partir do segundo compreende-se como as interpretações sobre os objetos de representação podem ser mobilizadas na disputa pela definição dos problemas sociais, além de analisar-se o espaço simbólico onde se desenvolvem os conflitos por modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território.

Sobre a noção de representação cabe destacar que esta é considerada uma noção-chave das ciências humanas (Ruano-Borbalan, 1993), já tendo sido abordada e desenvolvida por diversas disciplinas, de acordo com seus pontos de vista e contextos. Enquanto material de estudo, são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social. Na presente pesquisa foram adotados os preceitos formulados seminalmente por Serge Moscovici, em seu estudo sobre a representação social da psicanálise (Moscovici, 1978).

Moscovici propõe uma nova abordagem para a análise das representações, situando-as no limiar de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos. Para este autor, as representações são fenômenos complexos que extrapolam categorias puramente lógicas e invariantes. Organizam-se como um saber acerca do real que se estrutura nas relações das pessoas com este mesmo real, reconhecendo que as representações são ao mesmo tempo geradas e adquiridas: “não são os substratos, mas as interações que contam” (Moscovici, 1989, p. 82).

Como pilares fundamentais dessa formulação estão a originalidade do pensamento coletivo sobre a soma dos pensamentos individuais (herdada do percurso teórico iniciado por Émile Durkheim), a noção de que sujeitos sociais constroem significados e conhecimentos, como sujeitos ativos e produtores (inaugurada pelos estudos de Jean Piaget), e a ideia (incor-

porada mediante a influência freudiana) de que saberes sociais não são desprovidos de afetos. Como consequência epistemológica fundamental, constata-se a quebra das barreiras entre as ciências humanas e sociais: não é possível conhecer o ser humano sem considerá-lo inserido em uma sociedade, em uma cultura, se apropriando e interagindo com o meio natural, em um momento histórico e em dadas condições políticas e econômicas.

Neste sentido, assume-se que nesta abordagem o fenômeno das representações sociais está ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade, se articulando tanto com a vida coletiva, como com os processos de constituição simbólica nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, para entendê-lo e nele encontrar seu lugar, através de uma identidade social. Ademais, as representações sociais assim entendidas atuam fundamentalmente como guias para a prática, isto é, orientam as ações e as relações sociais, assentando-se neste aspecto uma de suas principais contribuições aos estudos de dinâmicas socioambientais.

Como elemento para a análise destaca-se a distinção entre duas classes de pensamento, denominadas *universos reificados* e *universos consensuais*. Os primeiros são aqueles em que se produzem e circulam o conhecimento científico, da tecnologia e das profissões especializadas, sendo, portanto, bastante circunscritos. Já aos universos consensuais correspondem as atividades intelectuais da interação social cotidiana, em que o novo é incorporado e ressignificado, trazido para o senso comum (Moscovici, 1978). Nas sociedades contemporâneas é a partir desse fluxo do universo reificado para o consensual, com suas inerentes ressignificações e interpretações, que novas questões passam a fazer parte da vida cotidiana, tornando o estranho e não familiar, compreendido e familiar. Mediante esse processo, as informações circulam e permitem que, mesmo em meios não especializados, ou leigos, as pessoas formulem opiniões sobre temas distantes como a transgenia, o aquecimento global, a AIDS e a conservação ambiental, para citar alguns exemplos.

Ainda, as representações sociais sobre esses novos objetos trazidos à vida cotidiana carregam consigo as marcas das trajetórias, valores e interesses dos grupos sociais chamados a interagir acerca de um objeto comum, veiculando suas divergências e contribuindo para que as respectivas atitudes e disposições a esse objeto sejam reelaboradas. Assim, pode-se considerar que as representações sociais exercem um papel de mediação entre os grupos sociais. Contudo, não é sem conflitos que se dá essa mediação. E para aprimorar a compreensão desses conflitos se faz necessário o estudo da corrente teórica que se debruça sobre a análise dos conflitos ambientais.

Entende-se por conflitos ambientais aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolve ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, ar, água ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos (Acselrad, 2004). No caso estudado, essa continuidade está ameaçada tanto do ponto de vista dos ambientalistas, que entendem que a prática agrícola no entorno do PNE gera impactos indesejáveis à unidade de conservação, quanto do ponto de vista dos produtores rurais, que proclamam a inviabilidade da manutenção de suas atividades caso a zona de amortecimento seja efetivada.

A formulação deste conceito e sua aplicação têm como um de seus pilares a sociologia ambiental praticada pela síntese construcionista de Hannigan (1997), interpretada para a abor-

dagem dos conflitos por Fuks (2000 e 2001). Este autor, para entender os conflitos ambientais no Rio de Janeiro, compartilha da perspectiva construcionista de Hanningan e articula-a ao modelo de “sistema de arenas públicas”, de Hilgartner e Bosk (1988), formulando uma análise centrada na dinâmica argumentativa dos conflitos sociais, entendida como “espaço de elaboração e veiculação de versões alternativas a respeito de assuntos públicos” (Fuks, 2000, p. 2). Para tal, considera contribuições das pesquisas sobre definição de agenda, sociologia dos problemas sociais, movimentos sociais e psicologia social, e propõe que a vida política constitui-se como arena argumentativa, na qual os partidos políticos, a mídia, os grupos organizados e o poder público participam de um permanente processo de debate. Para este autor, esse processo emerge da disputa, situada em arenas específicas, entre uma (virtual) pluralidade de versões, embora as condições diferenciadas de participação impliquem vantagens para certos atores e, no limite, o silêncio de outros. Considera, ainda, que a definição dos problemas ambientais seria uma clara demonstração deste processo.

Como elementos-chave para compreender a dinâmica argumentativa proposta por Fuks, cabe ressaltar que a abordagem empregada estabelece como foco de investigação os processos sociais responsáveis pela emergência de um novo assunto público e as disputas em torno de sua definição. Ainda, considera que a emergência de questões na agenda pública explica-se mais em termos da dinâmica social e política do que dos atributos intrínsecos dos assuntos em disputa, ou seja, da gravidade “objetiva” dos problemas em questão. Assim, o sucesso dessa emergência estaria relacionado com os recursos materiais, organizacionais e simbólicos disponíveis para determinado grupo. Além disso, o contexto cultural constitui outro elemento importante na dinâmica responsável pela ascensão de temas na esfera pública. Fuks (2000) argumenta que certos assuntos são favorecidos por sua associação com temas culturais e valores mais amplos e já sedimentados. Dessa forma, valores como “livre mercado”, “propriedade privada” e “progresso” delimitam a disputa em torno da definição de problemas. Portanto, “fatores ideológicos, associados a valores e tradições, estabelecem as condições de legitimidade dos assuntos públicos e sua caracterização” (Fuks, 2000, p. 6).

Tais fatores ideológicos seriam componentes essenciais do que Fuks denomina *esquemas argumentativos*, utilizados nas arenas públicas de argumentação e debate. Tais esquemas emergentes nas arenas dos conflitos ambientais mobilizam representações sociais, que, por sua vez, exercem pesada influência sobre como estes serão interpretados em determinados contextos, e com que apelo, interferindo na correlação de forças da disputa pela definição do meio ambiente como problema social.

Acselrad (2004) compartilha dessa valorização da dimensão simbólica no estudo dos conflitos ambientais. Segundo este autor, as lutas por recursos ambientais são simultaneamente lutas por sentidos culturais. Portanto, considera que investigar o espaço simbólico onde se desenvolvem os conflitos ambientais significa estabelecer as condições de instauração de *princípios de referência* evocados para legitimar acordos e regular conflitos que envolvam a noção de natureza e de meio ambiente. Tais princípios assim definidos também se inscrevem no conjunto de valores, temas culturais, pacotes interpretativos, em suma, em representações mobilizadas em arenas de conflito.

Nessa perspectiva, os conflitos ambientais devem ser analisados, portanto, simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território. Ambos são,

então, considerados espaços onde se desenrolam disputas sociais em geral, onde o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação. Ainda de acordo com Acselrad (2004), no primeiro espaço desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. No segundo, que seria o espaço das representações, desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital.

Adotando-se como ponto de partida esse referencial teórico, tornou-se possível a elaboração e execução da pesquisa de campo, para se conhecer as condições particulares das representações sociais envolvidas e mobilizadas, e o detalhamento do conflito ambiental na região. É sobre os resultados obtidos e sua discussão que irá se deter a seção seguinte.

O significado da conservação ambiental no entorno do Parque Nacional das Emas

A análise da representação social da conservação pelos grupos sociais identificados no entorno do PNE começa a delinear-se com a observação das respostas obtidas a partir da técnica de associações livres de palavras. Nesta técnica, os entrevistados foram convidados a evocar todos os termos que lhe vinham à mente em resposta ao objeto de representação (“conservação”) e a termos que, no contexto do PNE e na própria configuração dos grupos sociais, exibem estreita vinculação com este objeto, definidos como “agricultura” e “desenvolvimento”.

De acordo com Abric (1994), a análise das associações livres fornece rico embasamento para a apreensão do conteúdo das representações sociais, devido ao seu caráter pouco diretivo, evitando-se impor de antemão aos agentes entrevistados elementos do universo de referência dos pesquisadores, e oferecendo oportunidade para o aparecimento de múltiplos elementos para a análise que transcendem as hipóteses previamente formuladas. Para a compreensão das respostas obtidas, três critérios foram utilizados: a frequência de evocação de um termo, a ordem em que este termo é evocado no conjunto da resposta e a consistência entre estes dois parâmetros, que atesta a centralidade do termo na análise da representação.

Quando sugerido como indutor de associações livres a palavra *agricultura*, foram obtidos em resposta 128 termos e palavras diferentes, distribuídos em 231 evocações realizadas pelos 51 entrevistados. As palavras mais frequentemente citadas foram, em ordem decrescente, *alimento* (11 vezes), *desenvolvimento* (oito vezes), *impacto ambiental* (sete vezes), *produção* (seis vezes), *renda* (seis vezes), *tudo* (seis vezes), *sustentabilidade* (cinco vezes), *tecnologia* (cinco vezes), *pecuária* (cinco vezes), *lavoura* (cinco vezes) e *desmatamento* (quatro vezes). No entanto, quando associada à frequência de evocação com a ordem em que os termos foram evocados, despontam como elementos centrais *alimento*, *desenvolvimento*, *impacto ambiental* e *produção*.

Este resultado já demonstra com clareza a relevância do enlaçamento entre os componentes norteadores da análise: no cerne das associações à agricultura estão tanto o *desenvolvimento* quanto o *impacto ambiental*. Este aspecto é nitidamente compreendido considerando-se a história local, visto que todos os municípios estudados trazem a presença transformadora da

agricultura como emblema do desenvolvimento, tendo como contrapartida impactos como a supressão da vegetação nativa ou de nascentes e cursos d'água. *Sustentabilidade*, por sua vez, apesar de estar entre os termos mais citados, aparece de forma mais periférica no conjunto das evocações, indicando-a como um elemento recentemente incorporado pelos entrevistados entre os aspectos vinculados à agricultura.

Separando-se o conjunto de evocações por grupos sociais, algumas particularidades podem ser observadas: entre o grupo de representantes do poder público, *agricultura* aparece também vinculado a *gaúchos*; entre os produtores rurais, destaca-se a presença do termo *pecuária* como mais central, seguido de *alimento e tudo*; agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente associam diretamente *desmatamento*, *cerrado* e *desenvolvimento*; e, de forma interessante, enquanto nos demais grupos sociais a agricultura aparece associada a valores e ideais, dentre os quilombolas entrevistados como representantes de população tradicional os termos mais centralmente vinculados à agricultura foram *arroz*, *feijão*, *lavoura* e *milho*.

Em seguida, foi utilizada como indutora de associações livres a palavra *desenvolvimento*, suscitando, em resposta, 136 termos e expressões diferentes, distribuídos em 224 evocações realizadas pelo conjunto de entrevistados. A palavra mais evocada, citada ao todo dez vezes, foi *sustentabilidade*, sendo seguida por *crescimento* (nove vezes), *agricultura* (oito vezes), *tecnologia* (sete vezes) e *economia* (sete vezes). A discussão destas ocorrências fica mais interessante quando comparada aos termos que emergem na análise como mais centrais, isto é, mais próximos ao núcleo das representações. Os termos obtidos, então, são *crescimento*, *agricultura*, *tecnologia*, *economia* e, finalmente, *qualidade de vida*.

Destaca-se, portanto, que ainda que sustentabilidade seja o termo mais evocado – indicando a premência desta associação nos tempos atuais, em que *desenvolvimento* e *sustentável* formam um par quase indissociável nos discursos correntes – este caráter não foi de fato incorporado ao núcleo da representação. Ainda observa-se, de maneira arraigada ao que se entende por desenvolvimento, a presença da economia e do crescimento, retomando um modelo de desenvolvimento que hoje se costuma por vezes apregoar como superado. Quando se relacionam estas respostas ao contexto local, torna-se ainda mais clara a presença destas associações, tendo em vista que grande parte dos municípios do entorno do PNE surgiram ou se impulsionaram após os “planos de desenvolvimento do cerrado”, implantados pelo governo federal a partir da década de 1970, quando a agricultura tecnificada foi difundida como propulsora do desenvolvimento, trazendo renda e crescimento para as localidades (e possivelmente disto decorrem as associações à *agricultura* e *tecnologia*).

Estes aspectos mantêm-se bem marcados também quando se analisa as respostas separadas por grupos sociais: entre os representantes do poder público, desenvolvimento vincula-se de forma central a *crescimento*; para os produtores rurais, a *agricultura* e a *economia*; os representantes da pesquisa e defesa do meio ambiente evocaram, de forma mais central o termo *econômico*; dentre os representantes da população tradicional, as respostas mais centrais foram *trabalho*, *educação*, *bom* e *condições de vida*. As distinções entre os grupos localizam-se, neste caso, mais do que nos termos associados, nas atitudes frente aos mesmos: os produtores rurais demonstram, frequentemente, uma atitude favorável ao desenvolvimento atrelado à economia, enquanto os representantes da pesquisa e defesa do meio ambiente se posicionam demarcando uma atitude desfavorável e crítica ao desenvolvimento econômico. Em todos

os grupos, a palavra *sustentabilidade*, ou suas variações, como *sustentável*, por exemplo, são evocadas e mantêm-se presentes, contudo, entre os termos mais periféricos da associação, isto é, evocados após uma maior reflexão dos agentes entrevistados, indicando um vínculo menos consolidado com o objeto de representação.

Finalmente, quando sugerida a palavra *conservação* como termo indutor de associações, foram evocadas em resposta pelos entrevistados 151 palavras e expressões diferentes, contabilizando ao todo 232 evocações. As palavras mais frequentemente citadas foram *água* (sete vezes), *meio ambiente* (seis vezes), *futuro* (seis vezes), *solo* (cinco vezes) e *agricultura* (cinco vezes). Contudo, quando avaliada a consistência dos termos no sentido de sua coerência entre frequência de evocação e posição média entre os termos evocados, indicando associação mais central ao conteúdo da representação, permanecem dentre aqueles mais citados os termos *meio ambiente*, *futuro*, *agricultura* e *solo*, e o termo *água* cede lugar a *degradação*.

A associação direta ao meio ambiente não chega a ser surpreendente: de fato, no contexto do entorno de um parque nacional, a conservação do meio ambiente é um elemento bastante presente no cotidiano dos grupos sociais. *Futuro* como elemento central pode estar relacionado tanto ao cerne do debate sobre sustentabilidade (que se estrutura em torno da manutenção das condições de vida na Terra para as gerações futuras), quanto com uma oposição a um passado degradador na ocupação do cerrado, ideia muitas vezes afirmada nas entrevistas e conversas pessoais. *Agricultura* e *solo* parecem estar presentes devido ao perfil também eminentemente agrícola da área estudada: a agricultura, de acordo com o agente entrevistado, pode ser associada tanto devido aos impactos que gera quanto como uma parceira da conservação; *solo* manifesta o apelo das técnicas de conservação e manejo de solo para o cultivo agrícola, como plantio direto, por exemplo, correntemente difundidas. O termo *água* provavelmente é bastante citado na área de estudo por ser região divisora de bacias hidrográficas e área de recarga do aquífero guarani. No entanto, apesar de esta ser uma informação bastante presente para os entrevistados, não chega a exercer um papel de centralidade, sendo lembrada e evocada depois de maior reflexão. *Degradação* pode conotar um papel negativo à conservação, no sentido de que a conservação surgiria em resposta à degradação, e não como um fim em si.

Separando-se as respostas entre os grupos sociais, as características do perfil de cada grupo podem ser melhor demonstradas: representantes do poder público associam conservação mais centralmente ao termo *vida*; produtores rurais, a *futuro*; para os representantes da pesquisa e defesa do meio ambiente, conservação vincula-se a *sustentável* e *utilização*, enquanto que para a população tradicional, relaciona-se de forma fundamental a *cerrado*, *meio ambiente* e *água*. Nota-se aqui a distinção na forma de enxergar a conservação: para os produtores rurais, pensar em conservação é pensar no futuro, possivelmente porque nele encontrariam uma justificativa para transformar as práticas e ideias do contexto atual, em que a conservação ainda não é uma realidade tranquilamente incorporada; já para os agentes de pesquisa e defesa ambiental, conservar é utilizar de forma sustentável, o que enfatiza a possibilidade de uso do meio ambiente, distinguindo, devido a uma provável maior familiaridade com teorias da ecologia, *conservação* de *preservação*, apresentando o último, nestas teorias, um caráter mais estático e intocável.

A tendência apontada pelas associações livres de palavras é corroborada pela análise das entrevistas semiestruturadas, que oferece também novos elementos para o entendimento da representação social.

Para analisar como a conservação ambiental tem sido representada no entorno do PNE, contemplando-se as particularidades entre os grupos sociais, são considerados os elementos e temas principais que constituem essa representação, pertencentes às dimensões do campo representacional, da informação e da atitude quanto à conservação. O campo representacional se refere às imagens, ao modelo social e ao conteúdo concreto designado ao objeto de representação, assim como aos juízos formulados sobre o objeto representado e as pessoas que lhe fazem uso; a informação relaciona-se com a organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social; e a atitude (que nesta abordagem se distancia da noção de *comportamento*) logra destacar a orientação global em relação ao objeto da representação social, sendo dependente também do contexto onde o objeto é apreendido, podendo ser então favorável ou desfavorável a este objeto. Para os objetivos aqui pretendidos, concentrou-se a discussão nos elementos presentes no campo representacional da conservação pelos grupos sociais.

A partir dos discursos presentes nas entrevistas, percebe-se que o campo representacional da conservação é de maneira geral dividido, formulando-se dois “tipos de conservação”: a conservação presente no discurso “oficial”, que se refere à importância da proteção da *natureza*, do meio ambiente, da água, cujos princípios todos dizem compartilhar e reconhecer a necessidade, e a conservação presente na “vida real”, que se refere à transposição e aplicação dos ideais que se atribuem à conservação para o contexto local e o dia a dia. Essa separação pode ser observada na fala de representantes de todos os grupos sociais estudados, como demonstrado nos trechos de entrevistas a seguir:

[*A conservação*] seria a salvação se todos fizessem. Mas, meio ambiente, eu vou falar pra você, tem muito oba-oba (representante do poder público, Serranópolis, grifo dos autores).

Se ela for assim no *sentido puro* da palavra, eu vejo salvação da humanidade. No sentido puro da palavra! (produtor rural, Mineiros, grifos dos autores).

Eu mesmo me sentia *frustrado* porque, ainda me sinto, porque é uma coisa que, eu que trabalho com planejamento de paisagem, vejo hoje, “ah, tem 500 mil ha de vegetação natural”, vejo ano que vem, “ah, esse ano tem 350”, e no outro ano... e aí? O que eu vou ficar fazendo além de monitorando isso, sentado? E as grandes ONGs veem isso, gastam enorme grana, monte de dinheiro mesmo e, assistindo, é simplesmente assistindo (representante da pesquisa e defesa do meio ambiente, Mineiros, grifo dos autores).

Tenho pra mim que é muito importante... *num sei é se* o parque *tem que ser* daquele tamanho, né? (representante da população tradicional, Mineiros, grifos dos autores).

As oposições entre o que poderia ser e o que é, indicadas pela presença de expressões como *seria*, *se for*, e *não sei se tem que ser*, por exemplo, assim como a ideia de *sentido puro* e *frustração*, denotam o afastamento, na concepção dos entrevistados, do que se supõe ser e a se prestar a conservação daquilo que observam no cotidiano. Percebe-se também que, ainda que haja alguns elementos consensuais na formulação do “tipo ideal” de conservação, é na interpretação da conservação do dia a dia que aparecem as diferenças no conteúdo dos campos representacionais de cada grupo.

Dentre os representantes do poder público nota-se que a conservação é entendida, essencialmente, como uma *política*, muitas vezes ineficaz. Frases como “é pautada em algumas iniciativas bem-sucedidas, mas não é uma política bem-sucedida” (representante do poder público, PNE); e “é muito mais um jogo de se dizer que faz preservação do que realmente fazer preservação” (representante do poder público, Chapadão do Céu), ilustram bem essa posição.

A conservação, e os agentes que lhe fazem uso, aparecem, portanto, como elementos que dificultam o contexto local com restrições normativas sem sentido. Em resumo, há uma descrença quanto aos compromissos da conservação, de forma que a imagem que parece sintetizar o que o grupo de representantes do poder público apresenta sobre a conservação pode ser expressa na frase: “é muita conversa e pouca ação”, dita por um entrevistado pertencente a este grupo em Alto Taquari.

Já quando se analisa o campo representacional aparente nos discursos dos agentes do grupo de produtores rurais, o primeiro aspecto a se destacar é a nítida separação entre aqueles nascidos nos estados do centro-oeste, geralmente identificados com a pecuária extensiva, e os agentes provenientes dos estados do sul do Brasil, envolvidos na produção de grãos.¹⁴ Para os primeiros, genericamente definidos como *goianos*, a conservação associa-se à degradação do cerrado e à necessidade de sua manutenção:

Conservação é cuidado, cuidado com os bens do Cerrado (produtor rural, goiano, Costa Rica).

Essa relação entre a identificação com o local e certa inclinação à conservação como um cuidado não aparece entre os gaúchos, que, ao contrário, vieram para o centro-oeste enxergando cerrado como

[...] uma vegetação que todo mundo via inútil, sem, vamos dizer assim, sem significado para o meio ambiente. A gente sabe hoje que não é isso, mas é uma forma de entender, porque viemos de lugares que só tinha árvore grande e mata realmente, e muitos animais. Numa região em que você não tem praticamente vegetação, só tem vegetação rasteira, você diz que aquilo num prestava, né? (produtor rural, gaúcho, Alto Taquari).

¹⁴ Para designar esses entrevistados, demarcando-se a diferença entre seus estados de origem, será feita referência a *gaúchos* e *goianos*. Estes termos são utilizados aqui não necessariamente como uma definição precisa dos estados de procedência dos agentes, mas como emblemas de sua situação social. Em todo centro-oeste costuma-se fazer referência aos imigrantes provenientes dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e até mesmo São Paulo genericamente como *gaúchos*, independentemente do estado em que nasceram. Esses imigrantes, em sua maioria, se estabilizaram no centro-oeste como produtores de grãos. Quanto aos agentes nascidos no centro-oeste, localmente faz-se referência de forma distinta entre goianos, mato-grossenses e sul-mato-grossenses. Contudo, considerando-se que três dos cinco municípios incluídos nessa pesquisa se situam no estado de Goiás, e que entre os agentes pertencentes a estes três estados há uma identificação cultural e de sistemas produtivos – geralmente a pecuária extensiva –, opta-se nessa pesquisa por reuni-los genericamente no termo *goianos*, fazendo-se a ressalva de que esta é uma decisão dos pesquisadores e que, em determinados contextos, poderá incluir também sujeitos provenientes dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Para estes gaúchos, portanto, as demandas contemporâneas em relação à conservação são interpretadas em suas relações às técnicas agrícolas (essencialmente conservação de solo, como curva de nível, plantio direto, entre outros) e, sobretudo, através de representações sobre a conservação como uma *disputa de interesses*, maquiada pelos princípios da proteção à natureza:

Esse negócio que você escuta muito de, *ah, tá desmatando, destruindo a natureza, isso é político*, tem muita área pra abrir, tem muito, muito. (...) Você vê que é um objetivo assim, vamos diminuir a produção deles aqui, você vê que *isso é coisa de americano*, quando você vê isso é pressão de fora pra nós diminuir a produção aqui. Pelo tanto de gente que vem nesse parque, você vê que é muito mais gente de fora do país do que daqui, você vê que tá claro isso (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos dos autores).

Imagens, juízos e concepções bem diferentes podem ser observados quando se analisa o campo representacional do grupo social seguinte, referente aos agentes de pesquisa e defesa do meio ambiente. Entre estes agentes, a conservação é entendida essencialmente como uma questão *afetiva*, que envolve valores éticos e de identificação.

Quanto às imagens que compõem o campo representacional deste grupo, destaca-se que convergem em torno da noção do ambiente natural como uma *joia*, um *tesouro*, simbolizando a ideia de algo tão precioso quanto escasso:

Eu acho que [*o Cerrado*] é um *tesouro*, que corre perigo, que *poucos sabem a beleza*... E mesmo que a gente esteja convivendo com ele, muitas vezes a gente não sabe que é um tesouro, não sabe o valor dele. Impossível mensurar isso, *as pessoas não conseguem*, e é um tesouro que está ameaçadíssimo. Ainda que algumas pessoas vejam isso, ainda é muito pouco para a ameaça que ele vem sofrendo (representante da pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE, grifos dos autores).

Nestes casos, nota-se também que a associação com um bem valioso vem acompanhada da ideia de que poucos conhecem, ou sabem reconhecer, o valor desse bem. Esse paralelo pode colocar aqueles que o identificam como precioso em uma posição privilegiada em relação aos demais, visto que, por estarem entre os poucos que sabem notar a riqueza e o valor que o cerrado possui, estariam mais aptos a compreender sua importância e definir as melhores formas de utilizá-lo.

Sintetizando a imagem que compõe o campo representacional da conservação entre o grupo de agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente, bem como a função a que se destina a conservação, é bastante ilustrativo o trecho:

Eu acho que é o grande filão, assim, se as pessoas conseguissem de fato entender que a conservação é o grande resgate da vida humana na Terra, e resgate da vida na Terra em geral (representante da pesquisa e defesa do meio ambiente, PNE).

Nessa fala, aparecem tanto o princípio universalizante utilizado como esquema argumentativo do grupo – “resgate da vida na Terra” – quanto a capacidade de sensibilização dessa argumentação como fonte de benefícios para a conservação (“grande filão”) e a importância

dos ambientalistas como aqueles que buscam transmitir esse significado para a população que, em sua maioria, não consegue *de fato entender*.

Concluindo a análise do campo da representação entre os grupos sociais identificados no entorno do PNE, acrescenta-se que, para os agentes pertencentes à população tradicional, a conservação parece ser representada como *necessidade das e resposta às mudanças* ocorridas recentemente.

Neste grupo, portanto, nota-se também a identificação com o cerrado, que conduz a uma inclinação aos cuidados de conservação, visto que a conservação pode ser a possibilidade de manutenção do que apesar das mudanças das últimas décadas ainda existe deste bioma. No entanto, quando se associa a conservação ao PNE, algumas ressalvas são feitas, apesar de ser enfatizada a importância da manutenção desta unidade:

Eu acho o parque importante porque se você for lá, você vai ver natureza, você vai ver animais, você vai ver água, então... Tenho pra mim que é muito importante... num sei se tem que ser daquele tamanho, né? Mas que é importante, é sim. Porque aqui nessa região aqui, você via [veado] mateiro, você via [tamanduá] bandeira, você via tatu. Mas... eu falo assim, eu falo pelo tamanho porque aquilo ali é muito grande, enorme. Eu acho que podia ter gente ali utilizando, mas sem, num estragar aquilo, né? (representante da população tradicional, Mineiros).

Portanto, para a população tradicional que mantém fortes vínculos de uso e identificação com o cerrado, a conservação ambiental como uma resposta à degradação decorrente das mudanças de sistema produtivo e da chegada da “modernidade” aparece como uma necessidade a ser defendida. Contudo, a forma de implementação dessa conservação, alijando-se as populações humanas, é criticada, sugerindo também seu caráter excludente.

Em suma, pode-se inferir que, tendo em vista o contexto de embate local, associado à carência de informações sobre o tema na comunidade, a conservação passa a ser elaborada pelos agentes do entorno não em seu referencial próprio, mas eivada de características, expectativas e interesses dos grupos sociais. Assim, no grupo de representantes do poder público a conservação é entendida essencialmente como uma política, sobretudo ineficaz; para os produtores rurais, pode ser tanto uma resposta à degradação quanto uma disputa de interesses, principalmente comerciais; já os agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente a representam como uma questão ética, direcionada ao resgate da vida na Terra; os representantes da população tradicional, por sua vez, interpretam a conservação como um símbolo da modernidade e dos impactos dela decorrentes.

Percebe-se nessas transformações de um objeto social – a conservação – em múltiplos componentes das relações sociais locais, a ancoragem da teoria à visão geral que os grupos sociais têm de seus próprios contextos, que cada grupo possui e à qual integra a novidade, transformando assim o estranho em familiar. Trata-se do fenômeno de focalização que Moscovici (1978) identifica no seu estudo da psicanálise: cada indivíduo ou grupo dá maior ou menor atenção a tal ou qual aspecto de um objeto segundo sua distância e seu envolvimento com este. O esforço dos agentes não é de compreender a teoria em seu referencial próprio, mas recortá-la dando relevo aos pontos que estão em conformidade com suas preocupações.

Arruda (2004), em seu estudo sobre representações acerca da ecologia e do desenvolvimento entre pós-graduandos de Ecologia na Unesco, observou fenômeno semelhante: a

ecologia, entre os seus entrevistados, passou a assumir um controle antropomórfico e social para os estudantes de ciências humanas, e um perfil politizado e politizante para os franceses, também indicando um processo de focalização, isto é, de realce e transferência para o objeto de representação das características e demandas dos grupos. Bauer (1995) acrescenta que essa multiplicação do objeto de representação tem como efeito a diversidade no domínio público, na medida em que novas ideias são acomodadas de forma específica.

Enfim, o que se percebe mediante esta análise é que, no contexto do entorno do PNE, a conservação ambiental torna-se, mais do que uma teoria científica ou um parque nacional ausente de significados, um critério das relações entre grupos e valores comuns. Ainda, em outro nível, atua como instrumento de mediação das relações entre grupos e de conduta. Sobre esse processo, Moscovici (1978, p. 288) afirma:

A representação social elabora-se, para esse fim, como instrumento social polivalente, muito mais genérico do que deixava prever o seu destino estritamente científico. Converte-se, portanto, num sistema de interpretação parcialmente automático e, por isso mesmo, parte integrante do comportamento real e simbólico.

Entende-se que, ao demarcar posicionamentos, opiniões e visões de mundo, a conservação ambiental no entorno do PNE assume esse caráter de sistema de interpretação da realidade, definitivo tanto para a avaliação e julgamento dos grupos entre si quanto para a definição do que se pretende para o espaço comum. Assim, a conservação se torna um ícone da heterogeneidade entre os grupos e das perspectivas de apropriação social, técnica e cultural do espaço, explicitadas no conflito ambiental então deflagrado.

Portanto, percebe-se que, na medida em que demanda interação entre os diversos grupos sociais presentes no entorno do PNE, a conservação ambiental torna-se um denominador comum aos agentes dos grupos. No entanto, percebe-se também que estes possuem distintas motivações, expectativas e interesses para o ambiente que habitam, essenciais para a forma como interpretam essa conservação. Assim, no processo de incorporação e mediação pelos grupos sociais a conservação se transforma e se multiplica, extrapolando os sentidos formulados no âmbito do universo reificado e expandindo os significados que transmite e as práticas que suscita.

Violência simbólica: gaúchos *versus* goianos

A distância que se forma entre os múltiplos significados da conservação e a necessidade de vivência coletiva da mesma – propiciada pela presença do parque nacional – gera espaços para a configuração de conflitos, que possuem em seu cerne a definição pelo uso e apropriação técnica, cultural e social do ambiente comum, explicitada no conflito ambiental então deflagrado. Este conflito cristaliza-se no litígio acerca da zona de amortecimento. No entanto, para entendê-lo, parece fundamental considerá-lo no contexto que permeia e ultrapassa o entorno do PNE, que diz respeito à convivência entre *gaúchos* e *goianos* no centro-oeste, resultante do processo de incorporação do cerrado à agricultura tecnificada. Embora essa convivência tenha

se iniciado há mais de 30 anos, os estranhamentos e acomodações ainda se fazem presentes, compondo com distintos matizes o contexto do conflito.

O entorno do PNE destaca-se do conjunto de estudos sobre conflitos ambientais: enquanto grande parte dos estudos socioambientais tem como categorias rurais agricultores familiares, camponeses ou extrativistas (Brandenburg, 2005), as propriedades rurais limítrofes ao parque são em sua maioria grandes propriedades (acima de 480 hectares, algumas com mais de 5000 hectares), cuja produção, em vez de direcionar-se à subsistência e ao comércio local, destina-se à exportação. Os agentes responsáveis por essas propriedades são, sobretudo, imigrantes provenientes dos estados do sul do Brasil que, por sua identificação cultural, assim como pelo sistema produtivo adotado, são reconhecidos localmente como *gaúchos*, mesmo que não tenham necessariamente nascido no Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, o termo “gaúchos” se torna pleno de significados: denota que os agentes com ele identificados não nasceram nos estados do centro-oeste, mas também remete a um sistema de cultivo vinculado às técnicas da “revolução verde”, e à escolha de um modelo de desenvolvimento que priorizou imigrantes como seus protagonistas e cultivos que não faziam parte da cultura local como produtos esperados. Assim, desde a chegada desses imigrantes até os dias atuais, foram sendo construídos posturas, perfis e sentidos atribuídos ao *ser gaúcho* e, em oposição, outros comportamentos, características e valores foram sendo associados à população local e identificados como um perfil dos agentes nascidos no centro-oeste, que aqui são sintetizados pelo termo *goianos*.

A contraposição entre estes dois perfis se faz sentir ora de forma velada, ora explícita, nos municípios que compõem o entorno do PNE, sendo manifestada nas brincadeiras e piadas que são feitas entre os grupos, na contratação de funcionários nas propriedades rurais e nas divisões políticas em períodos de eleição. Também nas entrevistas essa oposição se fez notar, sugerindo ser este um aspecto balizador na configuração das identidades sociais e, em decorrência, dos conflitos entre as demandas, lógicas e expectativas dos agentes.

As características atribuídas àqueles a quem se convencionou chamar de gaúchos geralmente vincula-os à noção de trabalho e à tecnologia. As histórias destes imigrantes são narradas constantemente ressaltando-se a capacidade que estes tiveram de abandonar uma situação desfavorável nos estados do sul do Brasil e, a partir do *nada*, construir o patrimônio que exibem hoje. Assim, em suas falas o cerrado aparece frequentemente como um *deserto*, um *vazio*. Em suma, um lugar onde não eram encontrados os objetos de referência, se apresentando como a própria não familiaridade, aquilo que fugia ao até então conhecido. Acrescenta-se ainda a imagem de que estes gaúchos foram “chamados ao cerrado” porque este ainda era um “lugar a se fazer”, como propagavam as políticas públicas de incentivo à sua colonização, mais consistente se torna a ideia do que até então existia como um deserto, um vazio. Nesse contexto, parece explícita a incoerência reclamada por muitos quando hoje se demanda, desses mesmos gaúchos, que se conserve o cerrado, que se conserve o que eles acostumaram a representar como não sendo nada, a não ser algo a ser substituído.

Associado à simbologia de povo trabalhador, dinâmico, que não mede esforços para atingir a prosperidade, os gaúchos se estabelecem no centro-oeste como agentes ideais do modelo de desenvolvimento industrial que ao Estado interessava implantar. À população local, identificada com hábitos distintos daqueles então valorizados, coube o papel de um

anfitrião prestativo: enquanto o “povo gaúcho” é *trabalhador*, o “povo goiano” é apresentado como *hospitaleiro*.

Olha, a gente sempre procurou respeitar, né? O povo aqui é bastante respeitador, quando você também não pisa no calo deles. Porque eles aqui têm uma tradição, *tradição, não, têm um sistema; tradição é o gaúcho que tem uma tradição, né, mas, eles são hospitaleiros aqui* (produtor rural, gaúcho, Mineiros, grifos dos autores).

Gaúcho e goiano combina demais! É o que eu falo, o povo goiano é muito bom de lidar com ele. É um povo amigo demais da conta, é um povo que convive muito bem uns com os outros, povo muito *servidor*, povo bom mesmo. E gaúcho, povo gaúcho é muito *trabalhador*, é um povo também bom de lidar, eu, pelo menos, pelo que eu conheço, é um povo muito bom de lidar [...], é um povo que veio pra cá e *nós nunca rejeitamos eles, que a gente sabe, a gente precisa, que eles nos ensinou a agricultura*, e a pecuária também a gente tá aprendendo muito, mas a agricultura eles dão de dez, né? *É um povo pioneiro, muito inteligente, trabalhador, né?* Tem, sempre tem aqueles que veio, como diz nós aqui, “dar o nó”, né, mas todo mundo tem isso aí, todo lugar tem. Mas é bom. Dá certo, se entende, numa boa conversa vai bem (produtor rural, goiano, Mineiros, grifos dos autores).

Nota-se, portanto, que essa “complementaridade de papéis” é assimilada por todos, gaúchos e goianos, possivelmente muito em função do peso da imagem de desenvolvimento, à qual pouco se contesta. Assim, devido ao contexto histórico que os trouxe ao centro-oeste imbuídos da capacidade de trazerem consigo o desenvolvimento, pode-se sugerir que foi designado aos gaúchos um *poder simbólico*, nos moldes do que discute Bourdieu (2004, p. 7), sendo este o “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Este poder simbólico, de acordo com Bourdieu (2004, p. 7-14), é um poder de construção da realidade e tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, isto é, de *conhecimento do sentido imediato do mundo*, a partir de uma concepção homogênea do tempo, do espaço, e particularmente do mundo social. Para que seja exercido, depende do compartilhamento de *sistemas simbólicos* que atuam como instrumentos de comunicação entre os grupos e que, enquanto tal, cumprem a “sua posição política de instrumentos de imposição ou de legitimação de uma dominação”. Assim, contribuem para assegurar a dominação de um grupo ou classe sobre outro, configurando, nas palavras de Bourdieu (2004), um processo de *violência simbólica*.

Transposto ao contexto do entorno do PNE, pode-se inferir que o processo de dominação legitimado através do compartilhamento de um sistema simbólico é a priorização do modo de “apropriação gaúcha” do ambiente sobre o modo de apropriação local, de forma que o primeiro passa a ser enxergado como positivo e sinônimo de desenvolvimento, enquanto o segundo é, quase que de forma consensual, representado pejorativamente.

Tal análise é observada na incorporação, pelos próprios goianos, das oposições entre trabalhador/preguiçoso, pioneiro/hospitaleiro e, também perpassando essas classificações, moderno/atrasado ao se compararem aos gaúchos, atribuindo aos imigrantes sempre os polos considerados positivos das associações. No entanto, a assimilação do discurso dominante não exclui a presença de conflitos, apenas tornando-os mais velados.

De fato, o goiano pode em certas circunstâncias se tornar um ponto de embate e resistência ante a expansão da lógica da agricultura tecnificada, resistência essa que contemporaneamente tem adquirido novos contornos, revestidos de proteção ambiental:

[...] isso é um estilo que... literalmente é uma coisa que, “ah, a gente tá desenvolvendo, crescendo a região”, coisa nenhuma! Eu acho que não, isso não existe. Está desenvolvendo o lado pessoal deles. Os valores são outros. *Se você acha melhor plantar soja, eu acho melhor entrar no mato e catar pequi!* [...]. É um atropelo, e o atropelo gera um monte de problemas, sociais e ambientais (representante da pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Mineiros, grifos dos autores).

[...] antes Chapadão do Céu era mais um redutozinho do pessoal do sul, com alguns goianos que iam para trabalhar para eles. Agora... a agricultura está ali, não tem como sair dali, e talvez não seja desejável agora que ela saia dali. Então, tem que conviver com isso, então, que se conviva bem com a produção, mas respeitando a conservação, inclusive respeitando as leis da conservação. Então isso inclui a área de amortecimento no entorno do parque, área de reserva legal, etc. (representante da pesquisa e defesa do meio ambiente, goiano, Belo Horizonte).

Conflito ambiental no entorno do PNE

Percebe-se, portanto, que a disputa pela apropriação técnica, cultural e social do ambiente associa-se à relevância do vínculo afetivo com o cerrado – característica dos goianos como um dos elementos centrais na representação favorável à conservação –, de forma que a conservação ambiental do cerrado adquire mais uma função: a de imposição de limites e demarcação de diferenças à “apropriação gaúcha” do centro-oeste, que se dá mediante a agricultura tecnificada. Esta associação reforça a polarização agricultura/conservação no entorno do PNE, explicitada, dentre outros momentos, na concretização do conflito ambiental relativo ao litígio acerca da zona de amortecimento.

Em seu estudo sobre os conflitos ambientais no Rio de Janeiro, Fuks (2001) põe em relevo a capacidade dos problemas ambientais de atualizarem antigas disputas – no caso específico estudado por este autor, a luta relativa à ocupação e uso do solo no município fluminense. A partir do exposto sobre o embate entre gaúchos e goianos no centro-oeste, percebe-se que também no entorno do PNE a apropriação do ambiente e a definição de seus usos e vocações se constituem em elementos de conflito entre grupos sociais desde antes da proeminência do meio ambiente como um assunto de controvérsia pública. No entanto, a partir do momento em que a conservação ambiental recebe destaque e passa a ser assumida por determinados grupos como prioridade, tais embates assumem novos contornos, agora explicitamente ambientais, reconfigurando o contexto conflitivo. O litígio acerca da zona de amortecimento no entorno do parque é uma clara demonstração deste processo.

Esse litígio conduziu a uma polarização entre os grupos do entorno, que se dividiram entre aqueles pró-implementação da zona de amortecimento, incluindo os agentes da pesquisa e defesa do meio ambiente e os representantes do poder público vinculados aos órgãos ambientais (Ibama e secretarias responsáveis pelo meio ambiente), localmente identificados

de forma genérica como *ambientalistas*, e os agentes posicionados contra essa implementação, identificados com os *produtores rurais*, incluindo tanto produtores do entorno e lideranças rurais (presidentes de sindicatos e cooperativas), quanto representantes do poder público responsáveis por órgãos voltados para a agricultura e o desenvolvimento municipais.

No entanto, nesse embate ambos os polos possuem notável poder de mobilização nas arenas de debate e argumentação: atuando em prol da zona de amortecimento estão pesquisadores e organizações não governamentais de grande influência no âmbito nacional. Além destas, o órgão público federal responsável pelo meio ambiente, que percebe nesse litígio uma ameaça às demais unidades de conservação de todo o país, visto que, uma vez instaurada a jurisprudência favorável aos produtores do entorno, dificilmente se poderia evitar decisões semelhantes nos contextos de outras áreas protegidas. Em contrapartida, os produtores rurais alinhados no polo oposto da disputa, devido à relevância da participação de suas lavouras nas economias dos municípios e ao poder simbólico que apresentam, que os associa ao desenvolvimento desejável, possuem também significativa capacidade de mobilização, sendo esta continuamente utilizada.

Dessa forma, o impasse ocasionado pela força política dos dois polos contribuiu para a emergência de esquemas argumentativos que mobilizam princípios de referência de grande apelo para o conjunto da população. O eixo central da argumentação dos ambientalistas concentra-se na relevância da manutenção da vida presente no parque, ainda que reconheçam a dificuldade de se transferir aos proprietários do entorno os encargos dessa manutenção:

O negócio é que para conservar o parque precisa ter uma Zona de Amortecimento, porque senão, lá você viu, a soja vai até a cerca do parque, então *se você não tiver alguma restrição, o parque fica comprometido, compromete toda a vida dentro dele*. Então você estar perto de uma unidade de conservação, implica em algumas restrições, não tem como você fugir, só que aí fica complicado porque o ônus vai todo para o proprietário, para o fazendeiro. Fica assim: “Ah, você que está perto de uma unidade de conservação que se vire!”. *Mas não tem como ser diferente, é necessário* (representante da pesquisa e defesa do meio ambiente, Belo Horizonte, grifos dos autores).

Os produtores rurais, por sua vez, defendem que a zona de amortecimento deve ser de toda forma evitada por duas razões principais: caso adotada, inviabilizaria a agricultura do entorno, comprometendo seriamente a economia dos municípios; e, sobretudo, por ferir o direito à propriedade privada garantido por lei:

[...] por isso a ação judicial, porque *a constituição nos dá direito de propriedade*. E ninguém está fazendo nada dentro da cerca do parque, que é um direito de propriedade do Parque Nacional das Emas, do Ibama, do patrimônio da humanidade. [...] eu acho muito difícil se pôr em prática a Área de Amortecimento. Nos moldes que o Ibama quer pôr aí é impossível, *ai inviabiliza a agricultura no entorno*. E aí você começa a ter uma série de problemas: problemas do uso da terra, que a constituição nos permite, segundo daí problemas financeiros para os municípios, conseqüentemente para os estados, são três estados no entorno... (produtor rural, Chapadão do Céu, grifos dos autores).

Tais argumentos manifestados por ambos os grupos exercem pesada influência na correlação de forças da disputa, estendendo o impasse e conduzindo à busca por um juízo “neutro” para a resolução do embate. Esta capacidade de avaliar a situação de maneira imparcial ou, no mínimo, legitimada pelos dois polos, é então atribuída à ciência: ambientalistas e produtores rurais repetem, como um refrão, que são necessários mais estudos científicos para se determinar a presença ou não da zona de amortecimento e, caso presente, com que extensão. No entanto, a necessidade de mais pesquisas científicas muitas vezes é proclamada nem tanto pelo interesse específico nos resultados que serão atestados, mas pela possibilidade de prolongamento do debate que a espera pelos estudos proporciona. Assim, como tais estudos científicos não são realizados e, mesmo que sejam, ainda existe a possibilidade de não serem considerados definitivos – afinal, em momento algum se conseguirá atingir o “conhecimento neutro” defendido como necessário –, a zona de amortecimento do entorno do PNE tem permanecido sem ser efetivada, nem tampouco é abortada. Dessa forma, percebe-se que o litígio em torno de sua implementação se instaura devido à disputa pela definição do uso do espaço, mas que essa não é uma disputa apenas pela apropriação do meio em seu aspecto material. Como aponta o trecho de entrevista abaixo:

Aqui, você teve a oportunidade de ver hoje na reunião, a gente está vivendo já há vários anos, existe realmente essa questão do embate entre as duas mentalidades, *a mentalidade conserva... conservacionista, é isso?*, e a mentalidade desenvolvimentista. E o *gaúcho* é que é desenvolvimentista – gaúcho, ou paranaense, ou agricultor – até muito pouco tempo atrás, ele não tinha menor preocupação com o meio ambiente. Do tipo: “Não, mata tá sobrando por aí, o que interessa é plantar, o que eu quero é plantar, eu vou gerar o alimento do mundo”. Tá certo? Tá, tem um raciocínio correto nisso. E o ambientalista, ao contrário: “Gente, tá acabando, tá acabando, calma”. Tá certo? Também tá certo, os dois estão certos (representante do poder público, Chapadão do Céu, grifos dos autores).

Sintetizado nessa fala pode-se observar muito do que vem sendo discutido até aqui. O embate entre os dois polos da disputa, ambientalistas e produtores rurais, é um embate entre “mentalidades” – ou, dito de outra forma, entre representações. A conservação ambiental, como elemento do universo reificado incorporado no cotidiano, introduz um novo vocabulário e é apropriada com dificuldades (“*conserva... conservacionista, é isso?*”); o termo “gaúchos” resume não apenas um local de origem, mas uma postura ante o ambiente natural, associada ao desenvolvimento; ainda, cada um dos polos apresenta recursos e princípios de referência, mobilizados como esquemas argumentativos.

Assim, pode-se inferir, portanto, que o litígio acerca da zona de amortecimento é essencialmente uma disputa por uma verdade, em que os argumentos são mobilizados fazendo-se referências a ideias e elementos do senso comum (como “produção de alimentos para o país” ou “manutenção da vida na terra”), observando-se o que Acselrad (2004, p. 19) considerou “uma busca pela universalização de causas parcelares através de valores compartilháveis que tornam os atos justificáveis”. Somam-se a esses elementos os fatos de que os produtores rurais, por terem terras de chapada como o parque e estarem na região há cerca de 30 anos, afirmam que não prejudicam a unidade de conservação, pelo contrário, alimentam sua fauna. Os agentes vinculados ao meio ambiente, por sua vez, por conhecerem

os princípios e as teorias da conservação, afirmam que o entorno não entende a importância do parque e as restrições. Esse impasse simbólico – o conhecimento de que grupo social é mais verdadeiro, mais importante – cristaliza-se então no impasse acerca da implementação da zona de amortecimento.

Ademais, a questão sobre a validade da implementação da zona de amortecimento transcende a esfera local, no sentido de que, se os produtores rurais asseguram por mecanismos jurídicos a inviabilidade dessas restrições, abre-se um precedente capaz de inviabilizar todas as demais zonas de amortecimento das unidades de conservação nacionais. Contudo, nessa disputa, os dois polos principais (instituições ambientalistas e grandes sojicultores) apresentam notável poder político e, quando recorrem a arenas de maior abrangência para conseguirem visibilidade para suas questões, ambos, apesar de divergentes, encontram amplo respaldo institucional. Essa situação estende o impasse e, com isso, a zona de amortecimento não é efetivada, sendo continuamente protelada com a justificativa de que ainda não há “estudos conclusivos”.

Dessa forma, percebe-se que o conflito se instaura em suas dimensões simbólicas e materiais: na medida em que está de fato em jogo a definição pelo uso do espaço, revela a sua concreticidade; no entanto, não só a partir de critérios racionais este uso pode ser definido, visto que também estão em pauta demandas por sentidos e expectativas conflitantes porque permeadas por múltiplas representações, características dos diversos grupos sociais. Configura-se assim uma situação em que não há apenas *ausência de certezas*, mas *certezas contraditórias*, tal qual apontado por Hannigan (1997) como característico dos conflitos ambientais.

Considerações finais: conservação ambiental, uma questão de desenvolvimento rural?

O argumento central aqui apresentado é que o embate deflagrado a partir do impasse acerca da zona de amortecimento no entorno do Parque Nacional das Emas é a cristalização de um conflito entre produtores rurais e agentes vinculados à pesquisa e defesa do meio ambiente sobre a apropriação técnica, social e cultural do cerrado. No cerne deste conflito estão os grupos envolvidos e suas representações sociais sobre *conservação*, associadas à percepção sobre *agricultura e desenvolvimento*, pelos grupos envolvidos, estas implicando em diferentes significados e expectativas para o espaço comum.

A partir desse argumento propõe-se que as divergências nas representações sociais, que trazem o traço das trajetórias dos sujeitos, implicam em uma diversidade de formas de conhecer o cerrado, ou seja, em distintos conhecimentos, e é a legitimação de qual conhecimento é “mais verdadeiro” que se disputa no litígio em torno da zona de amortecimento. Ainda, tais conhecimentos respondem a finalidades diversas: no contexto aqui estudado, deve-se decidir se a finalidade do espaço do entorno do PNE é a conservação ambiental ou a produção agrícola direcionada ao mercado externo. Por extensão, e metonimicamente, esse debate se amplia para as áreas de cerrado como um todo, sendo, portanto, uma questão de desenvolvimento rural.

A resolução dos embates entre os distintos conhecimentos articula arenas locais a nacionais, no sentido de que tanto são influenciadas por valores e expectativas que transcendem os contextos regionais (como os ideários de *progresso*, característicos de meados do século XX e, mais

contemporaneamente, de *sustentabilidade*), quanto repercutem em decisões no âmbito nacional, como no caso da repercussão desse litígio sobre as demais zonas de amortecimento do país.

Nessa perspectiva, e adotando-se a proposta de Jovchelovitch (2008) de que a diversidade de conhecimentos constitui-se um recurso e um patrimônio em si para sujeitos individuais e para comunidades, tão relevante quanto a produção agrícola e a biodiversidade, entende-se que é de fundamental importância reconhecer-se esses conhecimentos como legítimos e imbricados em uma dimensão histórica e cultural, dignas de respeito para a consolidação de esferas públicas democráticas. Sem a disposição para escutar, compreender e reconhecer a diversidade e a expressividade dos conhecimentos em questão, “ficamos reduzidos à atitude do juiz, e em casos piores, do policial”, além de haver uma profunda dimensão ética associada a este reconhecimento (Jovchelovitch, 2008, p. 93).

Contudo, entende-se também que, em se tratando de uma questão de desenvolvimento rural, o fim último da resolução dos embates entre os conhecimentos deve articular-se com o benefício da coletividade. Ainda com Jovchelovitch (2008, p. 24), assume-se que “definir quem possui o conhecimento racional é tanto um problema teórico não resolvido como um ato político”. A partir desse viés, a proteção da biodiversidade – desde que, e necessariamente se, conduzida de forma democrática – parece ser de interesse público maior do que a ênfase em um modelo de produção pautado por demandas comerciais exógenas.

Longe da pretensão de apontar um caminho a ser adotado para a resolução do conflito aqui analisado – função que cabe às instâncias responsáveis – pretende-se com esta reflexão questionar a perspectiva de desenvolvimento rural até então adotada. Este padrão priorizou o “olhar estrangeiro” sobre o cerrado, a finalidade da produção agrícola para o mercado externo, as técnicas empreendidas (oriundas da “revolução verde”), os agentes do conhecimento selecionados (imigrantes “gaúchos”), bem como os limites da contemporânea tentativa de transição de paradigma – da produtividade à sustentabilidade.

Em suma, no conjunto desse trabalho, a partir da discussão empreendida acerca das representações sociais e dos conflitos ambientais presentes no entorno do Parque Nacional das Emas, conclui-se que as disputas em torno da zona de amortecimento são, simultaneamente, disputas por sentidos culturais, pautadas não apenas pelos interesses objetivos, mas também pelos significados que os distintos grupos sociais projetam para o PNE e para a construção comum do mundo ao seu redor.

Referências

ABRIC, Jean-Claude. Représentations sociales: aspects théoriques. In: _____. (Org.). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF, 1994.

ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.

ARRUDA, Ângela. Ecologia e desenvolvimento: representações de especialistas em formação. In: SPINK, Mary J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 234-65.

BAUER, Martin. A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função de resistência das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). *Textos em representações sociais*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 229-57.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia. *Anais...*, Belo Horizonte, 2005.

FUKS, Mario. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS. *Anais...*, Petrópolis, out. 2000.

_____. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

HANNIGAN, John A. *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Piaget, 1997.

HILGARTNER, Stephen; BOSK, Charles L. The rise and fall of social problems: a public arenas model. *American Journal of Sociology*, v. 94, n. 1, p. 53-78, 1988.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes. 2008.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

_____. Des représentations collectives aux représentations sociales. In: JODELET, Denise (Org.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989.

RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. Une notion clef des sciences humaines. *Sciences Humaines*, n. 27, p. 16-18, avril 1993.